

Sistematização curva-se ante lobby feminino

CATARINA GUERRA
Da Editoria de Política

Não é por acaso que as primeiras emendas populares a serem defendidas na reunião de hoje da Comissão de Sistematização são as quatro emendas referentes à mulher. As mulheres são maioria absoluta na Comissão de Sistematização — 34 dos 42 funcionários — e, em meio a tanto trabalho, não perdem a oportunidade de fazer o seu discreto lobby em favor da causa feminina.

"Nós achamos que seria uma bela abertura", diz a coordenadora do setor de emendas populares, Maria Júlia Rabelo Moura. "É um tema simpático, você não acha?", completa a secretária da Comissão, Maria Laura Coutinho. Além de Maria Júlia e Maria Laura, duas outras maristas ocupam postos-chave na Comissão — Maria Linda Magalhães, vice-coordenadora do setor de emendas populares e Maria Inês Lins, que vai coordenar os destaques a partir de agora. Uma equipe que já é conhecida como a de "Maria Laura e suas três maristas".

Mas não é só na coordenação dos trabalhos da Comissão que as mulheres estão presentes. Várias das mensageiras, além da copeira, também são mulheres. Segundo Heloisa Lustosa, funcionária da Comissão, isso não aconteceu por acaso. Ela garante que as mulheres demonstraram maior resistência e entusiasmo, indispensáveis para levar até o fim o pesado trabalho da Sistematização.

"Os homens não têm o pique que a gente tem, de ficar até madrugada adentro quando é preciso. E o engraçado é que todas nós temos família, filhos — comenta Hilda Wiederhecker, outra funcionária da Comissão. "O homem em geral reclama muito do trabalho", concorda Gardene Aguiar.

A secretária da Comissão, Maria Laura, lembra que diversas vezes teve oportunidade de ver as mu-

heres fazendo até trabalhos que exigem razoável força física, como no recebimento das emendas populares, quando toneladas de papel tinham que ser desceixotadas e transportadas em carrinhos.

"Aqui na Comissão as mulheres têm estado sempre à frente, resolvendo, tomando a iniciativa. Acho que é o espírito prático que a gente tem", observa Maria Laura. Se o "espírito prático" feminino é ressaltado pela chefe da equipe, outras qualidades tradicionalmente atribuídas às mulheres podem ser observadas com facilidade na Comissão até por um visitante de passagem.

SOPINHA

O conjunto de salas onde funciona a Sistematização foi decorado com cuidado e está cheio de vasos de plantas, levadas por elas próprias, que já chamaram a atenção até do presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Maria Laura conta que sempre que entra lá, o senador faz questão de elogiar a beleza das plantas e num dia em que encontrou o jardim em frente mais florido do que o de costume, disse que levaria sua mulher. Anah, para visitar o lugar.

Afonso Arinos já conquistou a simpatia das mulheres da Comissão. "É um homem educadíssimo, de muita sensibilidade", observa Maria Laura. O cuidado da equipe com o senador é tão grande que, nos dias em que ele tem que sair de uma reunião para outra e não pode ir em casa jantar, a copeira, Lourdes, prepara uma "sopinha" para ele, na copa de Sistematização.

Com o relator da Comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), elas também se dão bem, mas discordam da sua intenção de propor a aposentadoria das mulheres só aos 35 anos. "Ele trabalha aqui com a gente, mas nunca se preocupou em nos ouvir sobre isso", reclama Heloisa Lustosa.

GIVALDO BARBOSA



Mulheres na Sistematização: time unido

Elas querem ser aposentadas cedo

O time feminino que trabalha na Comissão de Sistematização diverge sobre vários dos temas polêmicos que dizem respeito à mulher, mas está fechado em pelo menos um ponto: todas acham que a mulher deve poder se aposentar antes dos homens, após 25 anos de contribuição à Previdência.

"Homem nenhum pode contestar que as mulheres trabalham mais e, portanto, o desgaste físico e mental é maior", argumenta, convicta, a secretária da Comissão, Maria Laura Coutinho. A segunda emenda popular que será defendida na reunião de hoje propõe exatamente isso, a aposentadoria das mulheres aos 25 anos.

A emenda obteve 32 mil 40 assinaturas e foi apoiada por três entidades. Surpreendente, são entidades formadas quase que só por homens: o Sindicato dos Operários dos Portos de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, o Sindicato dos Empregados na Administração destes mesmos portos e o Sindicato dos Motoristas de Guindaste de Santos.

Também será a única emenda que diz respeito à mulher defendida por um homem, o deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP). As mulheres da Co-

missão de Sistematização têm, aliás, muitas críticas a fazer à bancada feminina nesta Constituinte. Na opinião delas, as constituintes têm sido omissas na defesa de causas que dizem respeito à mulher.

"A gente escuta muitos parlamentares homens dando depoimento em defesa de questões que representam um avanço para nós, mas as mulheres parlamentares não têm tomado a frente nisso" lamenta Hilda Wiederhecker.

A coordenadora do setor de emendas populares, Maria Júlia Moura, comenta que, se as constituintes não dão atenção especial à questão da mulher, a população feminina, ao contrário, está bem organizada e participante, com um interesse que se estende a todas as áreas. "É uma mulher que vai defender a emenda das Forças Armadas", exemplifica Maria Júlia.

A equipe feminina da Sistematização faz questão de mostrar, porém, que não tem ilusões sobre o poder da nova Constituição para alterar substancialmente a situação da mulher na sociedade brasileira. "As conquistas das mulheres têm acontecido naturalmente, e não dependem da Constituição", observa Heloisa Lustosa.

Igreja inicia hoje nova cruzada

Dom Benedito sobe ao plenário defendendo as posições da CNBB

BETH MUNHOZ



A Constituinte pode perpetuar decisões ao Conselho Permanente da CNBB

Sabóia: Povo foi traído nas diretas

O deputado José Carlos Sabóia (PMDB-MA), um dos responsáveis pela preparação do comício de São Luís, a ser realizado no dia 18 de setembro, identificou a ausência da máquina governamental e a traição de que o povo foi vítima com os dois grandes obstáculos à campanha por eleições diretas no ano que vem.

Observou que a população brasileira, que foi às praças no ano de 1984 para exigir diretas já, se sente traído e que sua expectativa, agora, está bem mais amadurecida. "Não há mais tanto sonho". A outra dificuldade é a ausência da máquina administrativa, já que os governadores, com exceção de Fernando Collor, não aderiram à campanha.

Mesmo assim, José Carlos Sabóia acredita que o comício de São Luís será um sucesso, mesmo sem a ajuda do governador Epitácio Cafeteira, devido ao trabalho de mobilização que está sendo feito.

UM GRANDE COMÍCIO

O objetivo, segundo ele, é fazer na capital maranhense um grande comício, porque, "ou conseguimos uma grande manifestação, ou não tem sentido fazer comício nenhum, que é nossa preocupação". Observa que "o clima não é muito favorável", especialmente no que se refere ao Governo local, mas nota que o descontentamento da população é evidente, assim como o desejo de votar no ano que vem.

Para o deputado Haroldo Sabóia, o que está realmente difícil nessa campanha pelas diretas em 88 é a repercussão nacional, já que, reclama, "a imprensa não está noticiando". Ele acredita que o comício de São Luís deverá levar à praça pública entre 10 mil e 15 mil pessoas.

A coordenadora do setor de emendas populares, Maria Júlia Moura, comenta que, se as constituintes não dão atenção especial à questão da mulher, a população feminina, ao contrário, está bem organizada e participante, com um interesse que se estende a todas as áreas. "É uma mulher que vai defender a emenda das Forças Armadas", exemplifica Maria Júlia.

A equipe feminina da Sistematização faz questão de mostrar, porém, que não tem ilusões sobre o poder da nova Constituição para alterar substancialmente a situação da mulher na sociedade brasileira. "As conquistas das mulheres têm acontecido naturalmente, e não dependem da Constituição", observa Heloisa Lustosa.

Ulysses faz um balanço geral

Se a Assembleia Nacional Constituinte tivesse que pagar, a uma papelaria da cidade, C\$ 3,00 por cada uma das 3 milhões e 135 mil cópias xerográficas que consumiu desde sua instalação, arcaria com uma despesa de C\$ 9 milhões e 405 mil. Mas a Casa já estava estruturada para o trabalho que assumiu em 1º de fevereiro e, além destas cópias, já imprimiu 113.400 avulsos, produzindo sugestões, emendas e anteprojeto de todas as fases até agora desenvolvidas, e enviou 5.070 exemplares do projeto de Constituição a entidades e instituições públicas de todo o País.

Estes dados foram anunciados ontem pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, em um primeiro balanço realizado pela Mesa a respeito dos trabalhos de elaboração da nova Carta. Para ele, o volume de material utilizado até agora demonstra o esforço e a dedicação da Constituinte, "que a história registrará". Na sessão de ontem da Constituinte, a primeira depois que a discussão do projeto de Constituição saiu da ordem do dia, Ulysses agradeceu a todo o pes-

soal que participou deste trabalho.

Em 40 dias corridos de discussão do projeto de Constituição, 381 discursos foram feitos sobre temas constitucionais, em 60 sessões da Assembleia Nacional Constituinte. Foram 214 horas e 30 minutos destinados a um debate que não contou com o entusiasmo da maioria dos constituintes. Do dia 15 de julho a 23 de agosto, os monólogos foram mais frequentes que os debates, com exceção da semana em que teve início a série de 9 sessões extraordinárias noturnas para discussão de temas específicos. Entre os dias 4 e 6 de agosto, por exemplo, matérias como sistema de governo e reforma agrária levantaram o ânimo dos debatedores.

Ulysses Guimarães anunciou, ainda, o número de emendas de plenário, oferecidas ao projeto de Constituição, 20.791. Outras 37.961 emendas, incluindo desde as sugestões iniciais, enviadas pela sociedade às subcomissões e comissões temáticas, até as de constituintes, para estas mesmas fases, completam o balanço apresentado pelo presidente da Constituinte.

A defesa da emenda popular sobre os direitos da família, proposta pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), será feita hoje, na Comissão de Sistematização da Constituinte, pelo arcebispo de Uberaba, dom Benedito Ulhoa Vieira. A informação é da assessoria da CNBB, que está reunindo em Brasília o seu Conselho Permanente, uma espécie de "alto comando" do episcopado, integrado por 26 bispos.

Dom Benedito, ex-vice-presidente da CNBB, só chega a Brasília hoje. Ele não é membro do Conselho Permanente. Designado para falar aos jornalistas, dom Jaime Chemello, bispo de Pelotas (RS), disse ontem que a CNBB tem esperanças de ver acolhidas as suas propostas: família, educação, ordem econômica e liberdade religiosa, que somadas obtiveram 1.761.519 assinaturas.

Sobre a proposta que trata dos direitos da família, dom Jaime acredita que as teses da "união estável" e

do "direito a vida" serão acatadas. A emenda prevê a "preservação da vida de cada pessoa, desde a concepção e em todas as fases da sua existência, não se admitindo a prática do aborto deliberado, da eutanásia e da tortura".

Quando a "união estável", a proposta estabelece que o Estado deve oferecer "amparo social e previdenciário aos casais mesmo que vivam em união estável não regularizada legalmente". Este ponto é considerado um avanço, pois a Igreja passa a reconhecer a vida conjugal sem o casamento oficial.

Considerada contraditória, já que prevê também que a família é constituída pelo "matrimônio indissolúvel", a emenda foi defendida por dom Jaime. "O que a Igreja gostaria e acha ideal é que o casamento seja indissolúvel", explicou o bispo, ressaltando, porém, que "sem amor não há união estável".

Pela avaliação de dom Jaime, a única das emendas propostas pela CNBB

tida como "difícil" de ser acolhida é a que trata da ordem econômica. "Neste setor há muitos interesses em jogo", lembrou o religioso, acrescentando que "quando entra o bolso, facilmente as pessoas se dividem".

Esta proposta determina que toda a organização da ordem econômica deve fundamentar-se "no reconhecimento da primazia do trabalho sobre o capital", assegurando a prioridade da remuneração do trabalho sobre a remuneração do capital. Trata também, de forma rápida, da reforma agrária, quando estabelece que "ao direito de propriedade de imóvel rural corresponde uma obrigação social".

De acordo com o parágrafo único da emenda, o imóvel rural que não corresponder à obrigação social "será arrecadado mediante aplicação dos institutos de perda sumária e da desapropriação por interesse oficial para fins de reforma agrária".

Brossard é convocado para depor na Câmara

O que é possível fazer para restabelecer a autoridade do Estado sobre o território brasileiro? Esta questão deve ser respondida pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, se atender à convocação feita ontem na sessão da Assembleia Nacional Constituinte, pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), para que ele compareça à Câmara dos Deputados. "Convoco o ministro da Justiça porque ele representa o poder civil e não deixo que amanhã uma espada salvadora venha se apresentar à opinião pública como instrumento de restabelecimento da autoridade estatal", justificou o deputado.

Ele se manifestou extremamente preocupado com o que qualificou de "estado marginal, bandido" que se instala no País contrapondo-se ao "estado constituído". Disse da tribuna que, quando eleito pa-

ra a Constituinte, "tinha a convicção, que deve ser a de todos os senhores, que minha responsabilidade era votar um texto que entraria em vigor em todo o País, seguido por toda a população". No entanto, afirmou constatar que hoje "há o País da fantasia e o País real" e que faz parte de uma "constituinte de opereta". Segundo sua avaliação, o texto em elaboração não cobre todo o Brasil, nem a totalidade de sua população.

QUADRILHAS

"O Estado deixou de existir paulatinamente, se ausentando dos serviços básicos que deve à população, educação, saneamento, segurança e justiça", enfatizou o deputado. "Nas favelas e nos mocambos, os serviços essenciais do Estado foram desaparecendo e hoje o Estado não mais existe nem em sua forma

primária, ou seja, Estado que reprime, que dá porrada", acrescentou, referindo-se, como exemplo, a guerra entre as quadrilhas de traficantes no morro Santa Marta do Rio de Janeiro, que segundo ele representa a nova forma de administrar a Justiça. Elas "possuem poder de fogo superior ao poder de fogo institucional".

AUTORIDADE

Maurílio acha que vivemos um "momento de emergência" e que toda discussão que se estabelece em torno de temas considerados polêmicos na Constituinte é inútil, "porque larga parcela da população foge ao controle do Estado. A questão crucial agora", disse ele, "é restabelecer esta autoridade à luz da Justiça". Para o deputado, a Constituinte não pode bançar o avestruz e fazer de conta que legisla para o Brasil inteiro.

Maia vai denunciar "descaso de Cabral"

"Nós vamos fazer a última tentativa caso contrário vamos denunciar o descaso do relator Bernardo Cabral para com o Nordeste". O desabafo é da deputada Wilma Maia (PDS-RN) uma das encarregadas pela bancada nordestina de entrar em contato com o relator da Comissão de Sistematização, para que os pleitos do Nordeste sejam atendidos e constem do texto da proposta constitucional. Wilma Maia disse que ela, Ismael Wanderley (PMDB-RN) José Luiz Maia (PDS-PI) e o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) tentaram várias vezes falar com Ber-

nardo Cabral e não conseguiram êxito. A última foi anteontem, à tarde.

De acordo com a deputada, um dos principais pleitos da bancada nordestina é maior participação na distribuição das rendas, através de um planejamento regionalizado, bem como o aproveitamento das particularidades da região, no sentido de superar o quadro atual. Wilma Maia disse que a reunião de ontem à noite foi muito importante e que, o principal assunto foi a criação das ZPE, uma proposta do presidente Sarney lançada quando da viagem presidencial a Alagoas.